



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 22 – Ano XI – 10/2022
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

**OS DANOS DO DESASTRE DA MINERADORA SAMARCO SOBRE O MUNICÍPIO
DE GOVERNADOR VALADARES/MG: uma abordagem sobre os processos
de controle do capital**

Prof. Dr. Fábio Fraga dos Santos
Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Campus Mucuri
<http://lattes.cnpq.br/6810089012895607>
E-mail: fabio.fraga@ufvjm.edu.br

RESUMO

O drama da cidade de Governador Valadares causado pelos impactos socioambientais do rompimento da barragem de Mariana expôs as consequências espoliativas do capital e suas formas de dominação. Com base nas abordagens marxistas, buscou-se analisar as formas de controle superestruturais condicionados localmente, com ênfase aos mecanismos extrajudiciais adotados que foram utilizados como forma de desarticular a dimensão política da participação popular, estabelecendo uma nova forma de extração de valor para o setor da mineração.

Palavras-chave: Cadeia de valor, Mineração, Rio Doce, Governador Valadares.

INTRODUÇÃO

Os processos espoliativos e violentos da economia da mineração acompanham a formação social do estado de Minas Gerais desde o período colonial, mas mesmo diante dessa experiência histórica salta à interrogação política e científica o alcance do dano socioambiental provocado pela Mineradora Samarco no dia 05 de novembro de 2015, quando foram derramados sobre um povoado da cidade de Mariana, e, regiões limítrofes, os rejeitos represados da indústria. O processo sociopolítico que atravessa o contexto de ruptura da barragem da mineração e o andamento político-jurídico de responsabilização das empresas exigem interpretação teórica porque revelam uma nova fase do capitalismo dependente, sob a mundialização de capitais. Torna-se importante destacar que a Samarco é uma empresa joint venture da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton, cuja composição acionaria é dividida igualmente, evidenciando uma relação de controle das empresas transnacionais sobre a mineradora em questão.

Os impactos do rompimento no rio Doce sinalizam o ciclo de destruição ambiental e de vidas humanas que acompanha as estratégias especulativas de mercado da cadeia produtiva da mineração, em situação mais extrema pela dimensão do desastre, repetido, posteriormente, em outra cidade mineira, Brumadinho, outra barragem da mineração, também pertencente a Vale, foi rompida no dia 25 janeiro de 2019. O evento ocorreu pouco mais de três anos depois do acontecido em Mariana-MG e podemos afirmar que estão conectados como os desdobramentos do *modus operandi* da indústria da mineração no mercado internacional.

Estes complexos de mineração territorializados no estado de Minas Gerais se utilizam da estrada de Ferro Vitória-Minas até os portos do Sudeste, num fluxo contínuo que conecta as barragens, as minas, os minerodutos, as ferrovias, os portos e o mercado internacional. Portanto, eventos como o que ocorreu em Mariana e o lastro de danos ao longo de toda a região do Vale do rio Doce, demonstra como os impactos reverberam em cadeia, com consequências e sequelas múltiplas para a natureza, a população e as dinâmicas sociais.

O ponto de partida da compreensão dessas ruínas envolve inseri-las no âmbito das relações sociais capitalistas e das determinações da formação social brasileira. Em vista disso, é fundamental compreender as mudanças recentes no capitalismo contemporâneo e o processo de reorganização do sistema produtivo nas

economias dependentes, especialmente do Brasil e da América Latina, uma vez que essas transformações, supostamente, reposicionam o país na divisão internacional do trabalho e afetam de modo particular as regiões com economias voltadas para a extração e exportação de commodities (HARVEY, 2005).

O processo de exploração extrativista estabelecido no Brasil, especialmente a mineração, envolve forte domínio do monopólio do grande capital centralizado, em dinâmica mercantil instável de especulação financeirizada. Essa especificidade impulsiona uma estrutura produtiva com perene subordinação dos territórios minerários e seus modos de vida, aprofundando a dependência econômica e a expropriação social, com o apoio, inclusive, de personificações do poder deliberativo das instâncias jurídicas, legislativas e governamentais.

Nesse campo interpretativo é que o desastre socioambiental provocado pela empresa Samarco/Vale/BHP, no município de Mariana, pode ser compreendido, incluindo a gravidade das suas consequências ao longo da bacia do rio Doce. Nessa chave de leitura é que a pesquisa analisou as estratégias adotadas pelas corporações envolvidas, a relativa passividade governamental no andamento das reparações aos danos e a aparente desarticulação política da sociedade civil diante de um evento catastrófico desta natureza, com severos prejuízos à vida cotidiana e às futuras gerações.

Adicionalmente, outra via de análise da pesquisa envolveu o estudo de caso das consequências do desastre sobre Governador Valadares, que é a maior cidade ao longo da bacia do rio Doce e onde a Vale mantém uma estrutura de serviços de apoio à mineração, com grande aparato logístico e uma série de influências sobre a dinâmica social e institucional local. Ainda que distante da barragem de Fundão, Governador Valadares recebeu a lama em sua principal fonte de água e biodiversidade animal e vegetal, conforme os rejeitos seguiram o curso do rio Doce.

A perspectiva analítica da totalidade social orientou a investigação, pois de partida entendeu-se que o rompimento não se tratava de descaso moral das empresas mineradoras, negligência ou ausência de planejamento, como se fossem acasos ou ações isoladas, mas sim decorrência do movimento estrutural de reprodução do capital e a subsunção da vida humana e da natureza aos seus impulsos. Daí, inclusive, a pesquisa ter nucleado a força da centralização de capital como chave no evento-desastre, pois a Vale está entre as corporações com os

maiores aportes de capital da mineração mundial, e, reproduz com sua prática empresarial a dependência sistêmica e a expropriação social nas localidades. Atividades industriais intensivas, especialmente de consumo de recursos naturais, promovem a ampliação dos riscos ambientais e sociais para as comunidades locais, alargando as fronteiras de exploração do capital e de mercadorização da vida.

Isso determinou a análise da repercussão do dano socioambiental no contexto dos elos submersos da cadeia produtiva da mineração na cidade de Governador Valadares. De modo a descobrir as relações essenciais dos fenômenos sociais aí relacionados, e, que ganham objetividade na materialidade das formas de organização social, evidenciando as suas determinações concretas. O rompimento da barragem resultou inicialmente em um rastro de destruição ainda não calculado e que afetou tanto as condições da vida material como o modo de vida das comunidades ao longo da bacia do rio Doce, afetando a biodiversidade ao longo de 600 km de cursos d'água e da vida marinha no oceano Atlântico. A avalanche de rejeitos da mineração destruiu diretamente uma área de cerca de 1.500 hectares, deixando 19 mortos, sendo 14 trabalhadores da mineração e 5 moradores do povoado de Bento Rodrigues. Foram soterrados bairros e localidades, atingindo cidades e povoados, desabrigando centenas de moradores, a ponto de em conjunto impactar diretamente a vida de cerca de 1 milhão de pessoas ao longo da calha do rio Doce.

Em meio ao emaranhado de dados levantados, a pesquisa perseguia a possibilidade de delimitar as estruturas do objeto investigado. O desafio de apreender as relações entre os processos predominantes nas totalidades constitutivas e a totalidade inclusiva, mediadas pelos distintos níveis de complexidade e estrutura particular de cada totalidade. Em suma, os sistemas de mediações internas e externas, que garantem a articulação entre estas totalidades, demonstrando o dinamismo da totalidade concreta e ao mesmo tempo a qualidade de unidade do diverso, nos termos de Marx (2017a).

Tornou-se elementar, então, compreender a estrutura do valor que orienta essa forma social, com dadas relações de classes, de processo de organização do trabalho, de formas de expropriação do capital, na particularidade da indústria da mineração na região, para então abordar as relações desses processos com a estrutura política como espaço efetivo de intervenção social, pressionado pela dinâmica dos oligopólios empresariais. Para chegar à realidade concreta do objeto

da pesquisa, procuramos desvelar as contradições, especialmente a partir daquelas fendas que são apresentadas em determinados contextos históricos e que possibilitam desnaturalizar as relações impostas pelo capital. O evento provocado pela Samarco (cuja Vale é proprietária em conjunto com a BHP Billiton) na bacia do rio Doce é um evento-fenda, e, constitui-se como uma evidência agressiva da forma social, expressão da contradição imanente da produção de valor.

Desse modo, a pesquisa foi desdobrada numa investigação teórica, acompanhada de um vasto levantamento documental e de um estudo de caso sobre a relação da cidade de Governador Valadares com a cadeia de valor da mineração. A compreensão do dano socioambiental articulou-se com a caracterização da ação dos aparelhos de Estado, das empresas envolvidas e dos atingidos, na localidade em questão.

O foco na lógica da dependência econômica promovida pelo grande capital tornou-se essencial nas reflexões, primordialmente na articulação com a escala local. Uma vez que, para justificar as ações de exploração mineral e conseqüentemente os seus prejuízos e mazelas ambientais e sociais, as mineradoras se apresentam como necessárias ao fomento das economias locais através da geração de trabalho, do estímulo ao comércio local e, também, das contribuições para o fundo público através das tributações e suportes para obras de infraestruturas.

As políticas de licenciamento ambiental para a operação das empresas mineradoras e a estrutura logística das operações tornaram-se relevantes para a investigação porque possibilitaram enxergar a articulação de totalidades parciais e as determinações gerais das operações de reprodução ampliada de capital. Assim como a compreensão do horizonte temporal das estratégias de mercado da Vale, que são, a priori, orientadas cada vez mais pela captura de valor no curto prazo, sobretudo por conta da volatilidade da financeirização, na contemporaneidade.

Elementos para pensar a economia da mineração

O esforço de Marx em demonstrar a natureza da forma social capitalista envolveu tratar não só da lógica da produção de capital, mas a sua reprodução reiterada, dia após dia, ano após ano, década após década. A esse movimento

contínuo, Marx (2017a) chamou de reprodução ampliada, que por meio de compulsão por valor, submete a força de trabalho a processos alienantes retendo trabalho não-pago (mais-valor), explora processos de diminuição dos custos dos fatores produtivos e de adensamento dos meios de comercialização das mercadorias, viabilizando a autovalorização do capital em esquema elíptico¹, num sistema que se repete sempre alongado, aumentando o capital. Para isso é necessário que parte do capital sempre retorne como investimento produtivo, buscando valorizar-se novamente.

A propagação desse modo de vida implica a reprodução ampliada do capital o que inclui a aceleração e variação da produção de mercadorias reiteradamente, exigindo a potencialização das forças produtivas e a compulsão pela diversificação constante das mercadorias, inclusive, reduzindo a utilidade e o tempo de uso das mesmas, o que provoca aumento do desperdício com o descarte de objetos de modo danoso ao meio ambiente. Para Marx, é importante não só a ampliação de produtos, mas a mudança do processo produtivo, de modo a diminuir custos, e, o resultado comum é o aumento do capital constante sobre o capital variável, modificando de maneira expressiva a composição orgânica do capital.

Para entender a lei dessa acumulação reiterada, Marx descreve ser importante considerar a composição do capital em dois sentidos específicos, a saber: do valor e da matéria. Com relação ao primeiro aspecto, a composição do capital se define pela dimensão em que o capital se distribui (capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho) e é denominada de composição de valor do capital. O segundo aspecto está atrelado como a composição do capital opera no processo de produção, já que esta é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção utilizadas e o volume de trabalho exigido para seu emprego (MARX, 2017a, p. 689).

¹ A valorização do valor, é o “processo pelo qual o capital aumenta o seu próprio valor mediante produção de mais-valor” (MANDEL, 1982, p.416). Nesse processo, cuja fundamentação está pautada na produção de mercadorias “como uma unidade de dois processos distintos - o processo de trabalho, através do qual a força de trabalho produz valores de uso, e o processo de valorização através do qual a força de trabalho produz um valor adicional superior ao seu próprio valor. Esse mais-valor, criado durante o processo de produção, deve ser primeiro realizada pela venda das mercadorias, antes que o capital possa apropriar-se dela e assim, aumentar efetivamente o seu próprio valor” (ibid, p.416). Apenas para referenciar, o valor de uso é “a utilidade de uma mercadoria para a satisfação de uma necessidade específica de seu comprador”; o valor de troca é “o valor pelo qual um artigo é trocado no mercado”; o valor da força de trabalho é a “soma de todas as mercadorias necessárias para reproduzir a força de trabalho do produtor direto e de sua família”; o valor da força de trabalho qualificada é “um múltiplo do valor da força de trabalho simples incorporando em si os custos de produção da qualificação em questão” (ibid, p.415).

A busca contínua por superlucros e a disputa da concorrência dos capitais tornam a inovação tecnológica uma exigência inseparável dessa estrutura compulsiva por autovalorização. Esse processo que busca ampliar e renovar os meios de produção através da aquisição de tecnologias que reduz o tempo de produção, faz com que o capitalista consiga atingir taxas de lucros normalmente acima da média.

Contudo, as crises tornam-se reais com o próprio capital e são estimuladas pelas próprias contradições contidas nos aspectos universais e úteis das mercadorias e, conseqüentemente do trabalho humano. As potencialidades de consumo da sociedade não são dadas pela força absoluta de produção nem pela capacidade integral de consumo, mas pelas potencialidades de consumo sobre a base de relações antagônicas de produção. Portanto, a capacidade de consumo está restringida pela dinâmica da acumulação, pela ampliação do capital e da produção de mais-valor em escala expandida.

A busca incessante por novos mercados segue a genética expansionista do capital e sua exigência de acumular sempre mais capital, o que faz rearranjando os espaços e as formas de relação com a natureza, de modo a criar e recriar maneiras de melhorar e tornar mais eficiente o controle sobre a produção do valor. Uma das conseqüências é a conformação de “um mundo no qual o capital se move cada vez mais rápido e onde as distâncias de interação são compactadas” (HARVEY, 2011, p.131), estabelecendo um encolhimento da relação entre o espaço e o tempo, assim como uma maior ascendência do capital sobre as diferentes dimensões da vida social e dos espaços geográficos.

Essa reflexão não pode ser completada se não incluirmos o Estado nesse processo, tendo em vista o crescente amparo dos instrumentos legais nos diferentes contextos econômicos. A participação do Estado nos negócios da economia atravessa, de fato, a história da forma social capitalista. No entanto, progressivamente essa articulação foi se tornando mais visceral. Para Mandel (1982) uma das características do capitalismo tardio – época iniciada no Pós-Segunda Guerra Mundial - são as formas de lidar com os momentos de crise para viabilizar taxas de lucros conseqüentes e uma das vias para isso é representada pela ampliação do papel do Estado. Na direção de uma atuação mais incisiva e contínua na ordem econômica, intervindo tanto no processo de acumulação quanto na legitimação da ordem capitalista.

Nessa mesma perspectiva, Wood (2017) ressalta que o Estado, nesse contexto, opera diretamente com o aparato coercitivo (político, jurídico e militar) para manutenção e expansão da concentração dos interesses da classe capitalista. Ou seja, o Estado atua na manutenção da propriedade privada e das formas de expropriação, garantindo a contínua extração de mais valor e a subordinação cada vez maior das esferas da vida humana à dependência do mercado (WOOD, 2014).

Osório (2014), por sua vez, compreende que os nexos do Estado com a reprodução do capital se expressam em variadas tendências voltadas para consolidar, de forma hegemônica, as instituições do poder político. Segundo o autor, o capitalismo precisa de um sistema interestatal para reproduzir sua estrutura e, hoje, na “atual etapa da mundialização precisa do Estado-nação para operar, tanto no centro quanto na periferia do sistema mundial capitalista, fazendo dele um ator fundamental das transformações econômicas e políticas” (OSORIO, 2014, p.9).

A partir desses pressupostos analíticos, nos debruçamos sobre o processo de regulamentação política do setor de mineração no Brasil, que ganha especial relevo a partir do século XX, pois ganha maior escala de exploração e passa a ter diretrizes voltadas para o desenvolvimento industrial nacional, fomentando a exploração de diversos minérios e com foco diretamente para exportação. Ficou claro o papel ativo do Estado no que se refere à regulamentação política do setor de mineração no Brasil, em que as diretrizes que conduzem as regras do jogo se organizam para atender às demandas da economia extrativista voltada para exportação em grande escala. As ações do Estado com relação ao setor da mineração expõem os desdobramentos de sua conduta que resulta normalmente na contínua busca para criação de ambientes que fomentam o “investimento” estrangeiro através de facilitadores (regulamentações, autorizações, linhas de crédito, entre outros) para a exploração predatória dos recursos minerais em detrimento dos interesses das comunidades locais e das consequências danosas do modelo de mineração vigente no Brasil.

Como protagonista desse contexto, o Estado brasileiro potencializou o alcance das corporações da mineração através dos seus aparatos políticos e burocráticos. Isso significou alargar as fronteiras do capital e desse modo as ruínas que provoca no processo de mercadorização de bens salvaguardados pela Constituição Federal de 1988 como os recursos hídricos, as unidades de conservação de ecossistemas, as terras indígenas, os quilombolas e as

comunidades ribeirinhas. Ao liberar o avanço do capital, o Estado provoca a exponenciação dos conflitos socioambientais com os interesses da mineração.

Os danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão refletem o atual modelo de mineração no Brasil e a dinâmica de acumulação capitalista, que resulta ciclicamente em crise e em danos socioambientais, por vezes irreversíveis. O Estado, como instrumento elementar no processo de atuação das mineradoras, ao promover os processos regulatórios se torna incisivamente responsável pelas consequências do desastre em questão.

Os impactos da mineração no município de Governador Valadares

Enfatizando o município de Governador Valadares, cabe desatacar que a cidade não abriga plantas de mineração, mas faz parte da cadeia produtiva da indústria mineradora como elo estratégico na rede de produção, motivo de ser alvo de “investimento” corporativo, especialmente no âmbito logístico para a cadeia de valor da produção mineral.

Conforme as informações da própria companhia (VALE, 2015), sua atuação no município é estratégica, uma vez que ela é a maior empresa privada da cidade e considerada um dos principais eixos para o escoamento de minério de ferro e fundamental para a manutenção e operação ferroviária, com aparato de estaleiro de soldas e central de resíduos recicláveis. O município é parte integrante da cadeia de valor da indústria mineradora e território estratégico para a sua rede de produção, tornando-se alvo do setor logístico-minerário e espaço de ações de “responsabilidade social empresarial”, com ações nas instituições políticas para canalizar e esvaziar as críticas em favor da manutenção dos interesses corporativos, no quadro da volatilidade da economia global.

De acordo com Acselrad (2018, p.48) essas ações empresariais “destinam-se a prevenir o risco de instabilidade institucional”, ou seja, evitar qualquer ação que possa afetar a cadeia de valor e as oportunidades de negócio. Portanto, utilizam-se de estratégias políticas e sociais através da “responsabilidade social empresarial” e da “gestão de suas interações institucionais, políticas e sociais” para aumentar a capacidade empresarial de captura de valor.

A crise hídrica provocada pelo rompimento da barragem da Samarco demonstrou a capacidade de impacto da indústria mineradora ao longo de uma das

maiores bacias hidrográficas do Brasil, tanto na dimensão do dano ambiental quanto no âmbito dos prejuízos sociais e econômicos. No entanto, esse quadro relacionado à questão do acesso a água em Governador Valadares, além do dano imediato ligado ao consumo nos dias em que houve a interrupção, provocou também todo um contexto de suspeição com relação a autarquia pública responsável pelo tratamento de água na cidade.

Os desdobramentos da crise hídrica ganham melhor compreensão como uma manifestação ampla da típica apropriação capitalista da água, como consequência possível da produção de mais valor. Esse movimento de espoliação que provoca a despossessão (HARVEY, 2004) ocorre tanto de forma explicitamente violenta (momento da crise), como por arsenal manipulatório de consensos (conformidades) a partir de mecanismos de gestão a eles associados como uma mercadoria.

Diante dos prejuízos provocados pela Samarco, ampliaram-se os movimentos de resistência e de questionamento à mineração, com o surgimento de novos agentes contestatórios que enfatizaram a luta e os conflitos frente à mineração. A mobilização pela recuperação do meio ambiente e em torno dos direitos e reconhecimento dos atingidos foram compostos também por associações e organizações sociais preexistentes nos territórios, tais como os movimentos ligados à luta pela terra, associação de pescadores, os sindicatos e grupos religiosos. Neste mesmo período, os Ministérios Públicos Federal e Estadual (MG) firmaram um Termo de Compromisso Preliminar com a Samarco, estabelecendo uma caução socioambiental de R\$ 1 bilhão para garantir custeio de medidas preventivas emergenciais, mitigatórias, reparadoras ou compensatórias mínimas decorrentes do rompimento das barragens de rejeitos em Mariana. Posteriormente, em março de 2016, ocorreu a assinatura de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), com a participação da União e dos governos do Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo. Acordo este realizado a portas fechadas e que resultou na criação da Fundação Renova, a qual seria gerida pela própria Samarco.

Em síntese, entre o primeiro acordo (2015) até os desdobramentos (2016, 2017 e 2018), como os termos aditivos e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC-Governança), passou-se um período considerável (3 anos) que envolveu alguns pactos firmados entre o MPF, MP-MG/ES, as empresas envolvidas e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) para que ocorresse a

participação dos atingidos nas negociações. No entanto, apesar da aprovação da constituição das Assessorias Técnicas (ATs) aos atingidos, o acordo celebrado entre o MPF, MP-MG/ES, Defensoria (União, MG, ES) em conjunto com outros órgãos públicos não teve a participação efetiva dos representantes dos movimentos sociais e das organizações civis.

O caso “Samarco” também tem evidenciado muitos níveis de divergência jurídica acerca do direcionamento das ações reparadoras, no que tange a coletividade ou as particularidades dos atingidos. No entanto, apesar do enfrentamento à economia da mineração ter sido escamoteado, a crítica aos acordos e à gestão jurídica do caso tem sido alvo de intensos questionamentos por parte de instituições (MP’s e DF’s), a partir de enfrentamentos dos movimentos sociais (Movimento dos Atingidos por Barragens em especial) e de atingidos que confrontam a segurança jurídica dos acordos e das ações reparadoras realizadas.

O processo de constituição da Fundação Renova esteve, desde a sua origem, ligado a uma profunda relação de conflito das empresas com os atingidos e com os movimentos sociais, além da acentuada crítica do MPF. Ficou evidente na pesquisa que a Renova orienta-se apenas pela lógica dos preceitos corporativos de mercado e isso não se alterou em sua natureza, pois o cenário de tensões e conflitos resultantes do rompimento da barragem de Fundão não foram minimizados com os acordos de solução “negociada” estabelecidos ao longo desses anos e serviu apenas para controlar os custos da reparação.

A criação de mecanismo legal de reparação de danos empresariais, em que a participação do Estado é de mero fiscalizador de suas ações e sugere relativo controle das ações da economia pelo poder público, no entanto, a limitação da atuação política crítica junto às empresas e aos aparelhos do Estado torna a segurança ambiental e social parte de um teatro de sombras, sem efeito protetivo real. Nessa perspectiva, é que Harvey (2013) destaca a capacidade do capital centralizado em mobilizar a ascensão de mecanismos gerenciais que buscam estratégias de separação e distinção (aparente) entre o capital e as estruturas de intervenção e regulação governamentais, com o objetivo de se apresentarem como efetivas e eficientes, mas que de fato operam pela finalidade da reprodução ampliada de capital a todo custo. Acselrad (2018) também reforça a abordagem de deslocamento do papel do Estado através da difusão de políticas empresariais que buscam intervir na maneira como são conduzidos os dilemas relacionados a

conflitos que envolvem os interesses de mercado e os territórios afetados pelas atividades empresariais.

Portanto, a atuação da Fundação Renova tornou-se fundamental para que o processo de reparação não criasse impasses para a continuidade da cadeia produtiva da mineração. As análises da pesquisa demonstraram o quanto esta demanda pela intensa racionalidade em todas as etapas é fundamental para os negócios do setor abordado. Como é uma atividade intensiva em capital, a mineração torna-se um ramo complexo para produção e apropriação de valor, envolvendo, profundas relações dos interesses privados com o poder público para garantir um retorno favorável aos seus acionistas. Mesmo com o drama da população escancarado e o notório impacto sobre toda bacia do rio Doce, o que prevalece são as formas de reprodução do valor através da aplicação de formas de dominação do capital cada vez mais sofisticadas.

Com ramificações das operações da corporação em diversas localidades (extração, beneficiamento e logística), Governador Valadares integra a cadeia produtiva da indústria mineradora, como um “nó” logístico, tanto para o escoamento de minerais, como para a geração de valor no que tange a área de transportes ferroviários controlados pela Vale. Visando garantir, junto aos seus investidores, as garantias de ininterrupção da cadeia de valor, a Vale destaca em seus relatórios de “sustentabilidade” os planos e resultados da corporação com as comunidades locais, recorrendo a mecanismos de intervenção (social, econômico e político) que não correspondem necessariamente a práticas de mercado. A corporação se vale de recursos sociopolíticos para identificar possíveis conflitos e assim agir para antecipar suas ações, evitar riscos de interrupção de suas operações ou criar jurisprudência sobre indenizações financeiras relevantes.

Por isso, a Fundação Renova é parte do jogo corporativo para lidar com os danos do rompimento da barragem, como uma estratégia que permitiu o enquadramento e o controle dos custos, trazendo tranquilidade, previsibilidade e proteção para os acionistas. Além dos acordos institucionais (extrajudiciais) realizados após os desastres ocorridos, a Vale buscou também ampliar a agenda de condutas de “sustentabilidade”, para reduzir ou acabar com possíveis situações de interferência da sua cadeia de valor. A estratégia de estabelecer “práticas sustentáveis” de gestão é balizada por resultados financeiros vultuosos e pela capacidade de seus executivos entregarem elevados índices de rentabilidade aos

acionistas. Diretrizes como “Novo pacto com a sociedade: proximidade e transparência” podem ser avaliadas como um produto que se insere nesse pacote de estratégias, visando garantir uma imagem de confiança junto às entidades que avaliam a postura da empresa, especialmente aquelas vinculadas ao mercado de ações, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial.

A partir das informações levantadas na pesquisa vimos que a corporação tem conseguido garantir a produção e redistribuição de valor de suas operações, mantendo lucros vantajosos para seus investidores. Isso tem sido possível por conta da redução dos custos dos impactos de suas atividades e da capacidade engenhosa de diluir os prejuízos, progressivamente, ao longo de sua cadeia de valor. As estratégias da companhia, nos relatórios de sustentabilidade (VALE, 2020), demonstram a sua capacidade de gerenciar corporativamente os desastres provocados e de garantir a confiança dos seus investidores, apesar da complexidade que envolve o setor extrativo mineral e o drama humano e ambiental do caso. Estratégias de cooptação de poder político local reforçam as diretrizes de controle territorial, tanto para a preservação da sua imagem, como para a manutenção do controle da extensa rede de operações da companhia, garantindo assim, um domínio localizado, com vias a evitar que os empreendimentos da cadeia da mineração tornem-se instáveis ou inviáveis.

O desenho desse processo, exposto nesta pesquisa, buscou explicitar as nuances dessa dinâmica da acumulação do capital, marcadamente violento com a natureza e com as populações. As estratégias de manutenção da estrutura produtiva da mineração têm demonstrado, neste caso, não somente a permanência e ampliação das fronteiras da expansão por valor, mas consequentemente o controle sobre os territórios, de modo que possam colocar no portfólio das empresas a segurança dos negócios tendo em vista as relações de controle sobre os ambientes e os modos de vida, por onde passam suas operações.

Considerações finais

As análises iniciais nos levaram ao estudo das estratégias de reprodução do capitalismo dependente a partir da compreensão da cadeia de valor da mineração. A partir dessas diretrizes conceituais buscamos compreender as relações de dominação promovidas pelas empresas mineradoras, as articulações

políticas e jurídicas que são efetivadas localmente, especialmente quando a reprodução das atividades minerárias foi tensionada, naquele momento, pelo rompimento da barragem de rejeitos. O resultado dessa parte da investigação mostrou que as empresas envolvidas buscaram formas de se desvincularem da catástrofe provocada ou de obter vantagens com as medidas posteriores, especialmente com a privatização da regulação, a limitação da participação popular e da crítica social territorializada. Por fim, as análises puderam reforçar a compreensão sobre a dinâmica das relações da economia mineral com a escala local e as diversas formas de dependência do território dessa exploração econômica predatória.

Parte das análises da pesquisa envolveu a compreensão das estratégias da Vale para a manutenção da sua cadeia de valor e desse modo buscamos demonstrar a capacidade da empresa na articulação de formas que garantam a redução e inibição de conflitos com as localidades através da antecipação dos investimentos em infraestrutura, no caso de Governador Valadares. Esse ponto destacado ao longo desta pesquisa, demonstrou como essa prática atua como um mecanismo de afrouxamento da pressão política local, já que o corpo político dos aparelhos de Estado se beneficia dessa prática, surfando nos investimentos promovidos pela Vale, e apresentando-os como se fossem conquistas daquela gestão. Essa prática da empresa também é apresentada aos acionistas e investidores como atos de reponsabilidade social empresarial e como ferramenta para a garantia de continuidade das complexas operações da indústria mineradora. Ainda assim, apesar do elevado poder econômico de uma grande corporação, a Vale não independe do local, mas aplica práticas de enraizamento social junto às instituições públicas, tanto nos contextos de “normalidade” que possam antecipar possíveis interrupções de sua cadeia, como em situações de crises, através dos termos de ajustamento de conduta ou da judicialização, no sentido de protelar e monetizar a questão.

Como a indústria mineradora e suas cadeias globais de valor estão vinculadas por contratos que visam manter e ampliar suas operações, precisam garantir o funcionamento dos elos capilarizados nos territórios, o que exige que estabeleça relações locais, especialmente com os governos municipais para garantir a chancela de suas atividades. Mesmo com lastro internacional, a Vale utiliza de estratégias de responsabilidade social corporativa, com apoio das instituições

governamentais para promover investimentos que abonam, no final dos processos, resultados econômicos favoráveis às empresas. Ou seja, mesmo em casos específicos, como da cidade de Governador Valadares, a pesquisa observou o exercício de estratégias de integração subordinada na cadeia de valor, e, que a indústria, ao fazer essa conexão com as localidades, obtém o fortalecimento dos interesses das frações globalizadas de capital. Isso é particularmente importante porque o processo produtivo do minério de ferro é dinamizado pela ampliação constante e volumosa de produtividade, o que acaba exigindo diretrizes administrativas e ações econômicas voltadas ao controle de todas as etapas dessa cadeia produtiva para que, efetivamente, alcancem a ampliação de valor.

No entanto, o rompimento da barragem de Fundão exigiu das empresas envolvidas, a inauguração de uma estratégia mais complexa, devido a amplitude dos danos e da comoção provocada naquele contexto. Os mecanismos extrajudiciais adotados, com a promessa de agilização e eficiência da reparação foi acatado pelo Estado e imposto às populações atingidas, como forma de desarticular a dimensão política da participação popular nas ações reparatórias e indenizatórias.

Desse modo, constituiu-se um mecanismo de gestão empresarial, chancelado pelo poder público que resultou na criação da Fundação Renova, que privilegiou as narrativas das empresas e o derretimento dos conflitos sociais, ambientais e econômicos que deveriam ser a base do enfrentamento dos danos. A Renova como modelo de gestão para desastres estabeleceu uma nova forma de extração de valor para as mineradoras, já que estas conseguem direcionar a condução operacional dos programas e ações reparadoras, antecipando os custos e obtendo vantagens no que se refere à imagem das corporações frente aos investidores.

Mesmo com enfrentamentos e críticas de instituições como o MPF e DF, de movimentos sociais e setores organizados da sociedade civil, ao longo de mais de cinco anos, o cenário permanece como de livre circulação da razão cínica do capital. A aparente autonomia entre economia e Estado cai por terra, pois os aparelhos públicos têm papel ativo e oportuno, voltado à integração das classes dominantes das diferentes escalas e de desarticulação de qualquer entrave que possa interromper ou reduzir o processo de reprodução do capital.

A pesquisa verificou que a atuação da Vale, ao longo de sua complexa cadeia produtiva, envolve medidas pontuais naqueles territórios sensíveis de suas

operações, viabilizando o controle das localidades para conduzir o processo de reprodução da economia mercadorizada. Essas medidas são também de natureza extraeconômica, junto tanto aos aparelhos públicos de infraestrutura como àqueles atrelados às superestruturas da vida social, como as ações no âmbito da cultura, lazer e educação.

O objeto de análise desta pesquisa segue com novas possibilidades de campo de investigação, inclusive, porque os processos políticos e jurídicos sobre os danos ainda não se findaram. As estratégias das empresas têm provocado esgarçamento dos conflitos e um distanciamento cada vez maior dos dramas iniciais advindos do rompimento da barragem, ao longo da bacia do rio Doce. De toda forma, ainda assim, as vozes dissonantes, dos movimentos sociais e das entidades socioambientais, seguem recuperando os momentos da crise e as consequências da indústria da mineração no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades” in: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

ACSELRAD, Henry. Políticas territoriais, empresas e comunidades. **O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond. 2018.

CARNEIRO, Flávio Lyrio (Orgs). **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017.

COELHO, T. P., MILANEZ, B., & PINTO, R. G. A empresa, o Estado e as comunidades. In M. Zonta & C. Trocate (Eds.), **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton** (pp. 183-227). Marabá: Editorial iGuana. 2016.

COMITIVA DE ATINGIDOS DA BACIA DO RIO DOCE. **O desastre da reparação: O caso do Rio Doce** (Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil). Revista Científica Foz, São Mateus/ES, v.1, n. 2, p. 06, 2018.

DATAVIVA, Dados. **Governador Valadares, 2018**. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/location/4mg100209>> Acesso em: 15 maio 2020.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política Livro II: O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política Livro III: O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017c.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão popular, 2ª edição, 2019.

RENOVA, Fundação. **Estatuto da Fundação Renova**. Belo Horizonte, 10 de junho de 2019. Disponível em:

<<http://www.fundacaorenova.org/wpcontent/uploads/2016/10/estatuto-registrado.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2020.

VALE. **Formulário 20-F**. Comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos. Relatório anual – 2019. Publicado em 2020. Disponível em:

<<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 18 mar. 2021.

VALE. Notícias. **Vale e prefeitura inauguram Parque Natural Municipal de Governador Valadares**. 2015. Disponível em:

<<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-prefeitura-inauguram-parque-natural-municipal-governador-valadares.aspx>> Acesso em: 27 jan. 2019.

VALE. **Our history**. Rio de Janeiro: Vale S.A. 2012.

WOOD, Ellen M. **O império do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424